

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.25-PE-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01220001/25/FMS

Torna-se público que a SECRETARIA DE SAÚDE, por meio da Agente de Contratação/Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 012, de 11 de Julho de 2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 28 de fevereiro de 2025

Horário da sessão pública: 08:00

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote

Modo de disputa: Aberto

Link: compras.m2atecnologia.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, destinados a atender as demandas determinadas por decisões judiciais, junto a Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será subdivida em Lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

2.1.1. Para o(s) lote(s) 1 - CONTROLADOS, 2 - FÓRMULAS E 4 - FRALDAS, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo

proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A vedação de que trata o item 2.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

4.1.2. Marca, quando cabível;

4.1.3. Fabricante, quando cabível;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das

medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

5.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

5.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco

por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

6.2. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.**

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.6 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados

nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 7.11.1, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;

II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;

III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.

7.19. A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 7.11.1.

7.20. A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 7.11.1. Expirado o prazo sem o envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão.

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. fraudar a licitação.

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar

no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.m2atecnologia.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Varjota/CE, 13 de fevereiro de 2025.

ANTUNINO MARTINS FERREIRA NETO
ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01220001/25/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.25-PE-FMS

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, destinados a atender as demandas determinadas por decisões judiciais, junto a Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	54.0	Frasco	120,99	6.533,46
Levetiracetam 100mg/ml 150ml					
2	Fórmula Fortini 400g	504.0	Lata	75,94	38.273,76
Fórmula Fortini 400g					
3	Fórmula Pediasure 400G	504.0	Lata	61,97	31.232,88
Fórmula Pediasure 400G					
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2000.0	Frasco	2,00	4.000,00
Frasco para alimentação enteral 300ML					
5	Equipo para alimentação enteral	2000.0	Unidade	2,46	4.920,00
Equipo para alimentação enteral					
6	Duloxetina 60 mg	720.0	Comprimido	5,34	3.844,80
Duloxetina 60 mg					
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	250.0	Pacote	46,97	11.742,50
Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16					
8	Óleo de Girassol 200ml	20.0	Frasco	24,10	482,00
Óleo de Girassol 200ml					
9	Sonda uretral n°12	2800.0	Unidade	3,61	10.108,00
Sonda uretral n°12					
10	Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas	117.0	Pacote	55,36	6.477,12
Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas					
11	Bolsa coletora de urina 2000 ml	96.0	Unidade	6,22	597,12
Bolsa coletora de urina 2000 ml					
12	Uripem sem extensor	480.0	Unidade	3,36	1.612,80



Uripem sem extensor						
13	Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8	144.0	Pacote	25,99	3.742,56	
Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8						
14	Óleo Mineral 200ml	36.0	Unidade	26,43	951,48	
Óleo Mineral 200ml						
15	Aristab suspensão 1mg/ml	96.0	Frasco	183,15	17.582,40	
Aristab suspensão 1mg/ml						
16	Clobazam 10mg	1080.0	Comprimido	1,59	1.717,20	
Clobazam 10mg						
17	Alopurinol 100mg	720.0	Comprimido	0,26	187,20	
Alopurinol 100mg						
18	Pantoprazol 40 mg	720.0	Comprimido	0,31	223,20	
Pantoprazol 40 mg						
19	Sustrate 10mg	1620.0	Comprimido	0,81	1.312,20	
Sustrate 10mg						
20	Sinvastatina 40mg	720.0	Comprimido	0,37	266,40	
Sinvastatina 40mg						
21	Metoprolol 50mg	720.0	Comprimido	1,74	1.252,80	
Metoprolol 50mg						
22	Diamicron 30mg	24.0	Comprimido	86,84	2.084,16	
Diamicron 30mg, c/30 comprimidos						
23	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	54.0	Caixa	90,24	4.872,96	
Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos						
24	Sonda para gastostromia nº 14	72.0	Unidade	274,13	19.737,36	
Sonda para gastostromia nº 14						
25	Seringa 20ml s/ agulha	2000.0	Unidade	0,82	1.640,00	
Seringa 20ml s/ agulha						
26	Seringa 60 ml s/ agulha	2000.0	Unidade	2,53	5.060,00	
Seringa 60 ml s/ agulha						
27	Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	100.0	Caixa	31,59	3.159,00	
Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100						
28	Soro fisiológico 100ml	72.0	Unidade	7,23	520,56	



Soro fisiológico 100ml					
29	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	13.0	Caixa	198,08	2.575,04
Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos					
30	Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	24.0	Frasco	23,16	555,84
Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro					
31	Desonida 0,5%;	24.0	Unidade	12,14	291,36
Desonida 0,5%;					
32	Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24.0	Unidade	26,50	636,00
Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g					
33	Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml	24.0	Unidade	30,55	733,20
Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml					
34	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24.0	Unidade	115,64	2.775,36
Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml					
35	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	72.0	Caixa	99,70	7.178,40
Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos					
36	Celecoxibe 200 mg	720.0	Comprimido	1,53	1.101,60
Celecoxibe 200 mg					
37	Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml	24.0	Frasco	4.904,79	117.714,96
Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml					
38	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	64.0	Caixa	65,60	4.198,40
Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades					
39	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	32.0	Caixa	15,76	504,32
Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades					
40	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	32.0	Caixa	38,97	1.247,04
Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID					
41	Insulinas análogas de ação rápida (aspart)	108.0	Frasco	67,95	7.338,60
Insulinas análogas de ação rápida (aspart)					
42	Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)	108.0	Frasco	199,64	21.561,12
Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)					
43	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	24.0	Unidade	64,40	1.545,60
Insulina fiasp- 2 penfil (refil)					



44	Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades	24.0	Caixa	670,98	16.103,52
Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades					
45	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	100.0	Unidade	349,97	34.997,00
Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot					
46	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	15.0	Caixa	37,98	569,70
Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas					
47	Pancreatina 25.000.000ui	144.0	Caixa	183,10	26.366,40
Pancreatina 25.000.000ui					
48	Fraldas pediátricas, tamanho XXG	300.0	Pacote	32,58	9.774,00
Fraldas pediátricas, tamanho XXG, pacote com 20 unidades					
49	Fraldas pediátricas, tamanho G	150.0	Pacote	27,64	4.146,00
Fraldas pediátricas, tamanho G, pacote com 20 unidades					
50	Fraldas pediátricas, tamanho M	150.0	Pacote	33,74	5.061,00
Fraldas pediátricas, tamanho M, pacote com 20 unidades					
51	Fraldas pediátricas, tamanho P	150.0	Pacote	23,14	3.471,00
Fraldas pediátricas, tamanho P, pacote com 20 unidades					
52	Aptamil Fórmula Infantil 800G	96.0	Lata	85,84	8.240,64
Aptamil Fórmula Infantil 800G					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 462.820,02 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e dois centavos).

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) no exercício corrente.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na sede do Município em local a ser indicado pela contratante.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo

acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
- III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.;
- 8.2.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.2.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.2.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76.

8.33. Alvará de Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

8.34. Autorização Especial (AE) para medicamentos da Portaria 344 de 15/05/1998 conforme Art. 2º emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Ministério da Saúde (Exigência para os ITENS/LOTES DE CONTROLE ESPECIAL).

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ções) 0701.10.122.0008.2.030 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903202 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01220001/25/FMS

RELAÇÃO DE LOTES E ITENS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

CONTROLADOS					
Seq	Item	Quantidade	Unidade	V. Ref. Unit.	V. Ref. Total
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	54,0	Frasco	R\$ 120,99	R\$ 6.533,46
6	Duloxetina 60 mg	720,0	Comprimido	R\$ 5,34	R\$ 3.844,80
15	Aristab suspensão 1mg/ml	96,0	Frasco	R\$ 183,15	R\$ 17.582,40
16	Clobazam 10mg	1080,0	Comprimido	R\$ 1,59	R\$ 1.717,20
35	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	72,0	Caixa	R\$ 99,70	R\$ 7.178,40
Valor total do lote: R\$ 36.856,26					

NÃO CONTROLADOS					
Seq	Item	Quantidade	Unidade	V. Ref. Unit.	V. Ref. Total
17	Alopurinol 100mg	720,0	Comprimido	R\$ 0,26	R\$ 187,20
18	Pantoprazol 40 mg	720,0	Comprimido	R\$ 0,31	R\$ 223,20
19	Sustrate 10mg	1620,0	Comprimido	R\$ 0,81	R\$ 1.312,20
20	Sinvastatina 40mg	720,0	Comprimido	R\$ 0,37	R\$ 266,40
21	Metoprolol 50mg	720,0	Comprimido	R\$ 1,74	R\$ 1.252,80
22	Diamicron 30mg	24,0	Comprimido	R\$ 86,84	R\$ 2.084,16
23	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	54,0	Caixa	R\$ 90,24	R\$ 4.872,96
29	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	13,0	Caixa	R\$ 198,08	R\$ 2.575,04
31	Desonida 0,5%;	24,0	Unidade	R\$ 12,14	R\$ 291,36
32	Crema Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24,0	Unidade	R\$ 26,50	R\$ 636,00
36	Celecoxibe 200 mg	720,0	Comprimido	R\$ 1,53	R\$ 1.101,60
37	Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml	24,0	Frasco	R\$ 4.904,79	R\$ 117.714,96
41	Insulinas analogas de ação rápida (aspart)	108,0	Frasco	R\$ 67,95	R\$ 7.338,60
42	Insulinas analogas de ação longa duração (degludeca)	108,0	Frasco	R\$ 199,64	R\$ 21.561,12
43	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	24,0	Unidade	R\$ 64,40	R\$ 1.545,60
47	Pancreatina 25.000.000ui	144,0	Caixa	R\$ 183,10	R\$ 26.366,40
Valor total do lote: R\$ 189.329,60					

FÓRMULAS					
Seq	Item	Quantidade	Unidade	V. Ref. Unit.	V. Ref. Total
2	Fórmula Fortini 400g	504,0	Lata	R\$ 75,94	R\$ 38.273,76
3	Fórmula Pediasure 400G	504,0	Lata	R\$ 61,97	R\$ 31.232,88
52	Aptamil Fórmula Infantil 800G	96,0	Lata	R\$ 85,84	R\$ 8.240,64
Valor total do lote: R\$ 77.747,28					

FRALDAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 01220001/25/FMS

Seq	Item	Quantidade	Unidade	V. Ref. Unit.	V. Ref. Total
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	250,0	Pacote	R\$ 46,97	R\$ 11.742,50
10	Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas	117,0	Pacote	R\$ 55,36	R\$ 6.477,12
13	Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8	144,0	Pacote	R\$ 25,99	R\$ 3.742,56
48	Fraldas pediátricas, tamanho XXG	300,0	Pacote	R\$ 32,58	R\$ 9.774,00
49	Fraldas pediátricas, tamanho G	150,0	Pacote	R\$ 27,64	R\$ 4.146,00
50	Fraldas pediátricas, tamanho M	150,0	Pacote	R\$ 33,74	R\$ 5.061,00
51	Fraldas pediátricas, tamanho P	150,0	Pacote	R\$ 23,14	R\$ 3.471,00
Valor total do lote: R\$ 44.414,18					

INSUMOS					
Seq	Item	Quantidade	Unidade	V. Ref. Unit.	V. Ref. Total
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2000,0	Frasco	R\$ 2,00	R\$ 4.000,00
5	Equipo para alimentação enteral	2000,0	Unidade	R\$ 2,46	R\$ 4.920,00
8	Óleo de Girassol 200ml	20,0	Frasco	R\$ 24,10	R\$ 482,00
9	Sonda uretral nº12	2800,0	Unidade	R\$ 3,61	R\$ 10.108,00
11	Bolsa coletora de urina 2000 ml	96,0	Unidade	R\$ 6,22	R\$ 597,12
12	Uripem sem extensor	480,0	Unidade	R\$ 3,36	R\$ 1.612,80
14	Óleo Mineral 200ml	36,0	Unidade	R\$ 26,43	R\$ 951,48
24	Sonda para gastostomia nº 14	72,0	Unidade	R\$ 274,13	R\$ 19.737,36
25	Seringa 20ml s/ agulha	2000,0	Unidade	R\$ 0,82	R\$ 1.640,00
26	Seringa 60 ml s/ agulha	2000,0	Unidade	R\$ 2,53	R\$ 5.060,00
27	Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	100,0	Caixa	R\$ 31,59	R\$ 3.159,00
28	Soro fisiológico 100ml	72,0	Unidade	R\$ 7,23	R\$ 520,56
30	Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	24,0	Frasco	R\$ 23,16	R\$ 555,84
33	Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml	24,0	Unidade	R\$ 30,55	R\$ 733,20
34	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24,0	Unidade	R\$ 115,64	R\$ 2.775,36
38	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	64,0	Caixa	R\$ 65,60	R\$ 4.198,40
39	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	32,0	Caixa	R\$ 15,76	R\$ 504,32
40	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	32,0	Caixa	R\$ 38,97	R\$ 1.247,04
44	Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades	24,0	Caixa	R\$ 670,98	R\$ 16.103,52
45	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	100,0	Unidade	R\$ 349,97	R\$ 34.997,00
46	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	15,0	Caixa	R\$ 37,98	R\$ 569,70
Valor total do lote: R\$ 114.472,70					

ANEXO I.1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01220001/25/FMS

1. Descrição da Necessidade da Contratação

Esta contratação visa atender à demanda por medicamentos, materiais médico-hospitalares, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, conforme determinado por decisões judiciais. A Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE necessita garantir o fornecimento contínuo e adequado desses itens para assegurar o direito à saúde dos cidadãos, conforme previsto na legislação brasileira. Esta contratação é especialmente relevante para atender aos cidadãos que obtiveram judicialmente o direito a esses insumos, evitando interrupções que possam comprometer tratamentos e a própria saúde dos munícipes.

Sob a perspectiva do interesse público, o problema a ser resolvido é a carência na disponibilidade desses itens essenciais à saúde, o que demanda uma ação imediata da administração pública para solucionar tais lacunas. Essa ação é coerente com o princípio da continuidade do serviço público, garantindo que todos os procedimentos terapêuticamente necessários sejam mantidos sem interrupção, conforme estabelece a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).

Portanto, a contratação justifica-se pela necessidade de cumprir determinações judiciais e, assim, evitar prejuízos à saúde pública e à qualidade de vida dos cidadãos do município de Varjota-CE, alinhando-se aos princípios do interesse público e da eficiência administrativa.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Saude	ANTUNINO MARTINS FERREIRA NETO

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos da contratação é essencial para garantir que a solução escolhida atenda aos padrões de qualidade, eficiência e sustentabilidade, em conformidade com as normas legais e regulamentares vigentes. Esta seção visa detalhar os critérios necessários para selecionar produtos e serviços que ofereçam desempenho adequado e cumpram com as leis pertinentes ao setor de saúde e ao meio ambiente.

Requisitos Gerais

- Os medicamentos e materiais adquiridos devem possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- Devem ser observadas normas técnicas brasileiras relevantes para cada tipo de produto.
- Manter conformidade com as especificações estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Requisitos Legais

- Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021 quanto aos processos licitatórios.
- Observação das legislações específicas aplicáveis a produtos médico-hospitalares e medicamentos.
- Conformidade com as normas de vigilância sanitária para transporte e armazenagem de produtos.

Requisitos de Sustentabilidade

- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis e tenham certificações ambientais.
- Seleção de produtos que possibilitem logística reversa, quando aplicável.
- Opções de produtos que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

Requisitos da Contratação

- Garantia de prazos de entrega que atendam às necessidades urgentes definidas por decisões judiciais.
- Capacidade dos fornecedores de realizar entregas contínuas e em conformidade com a demanda.
- Documentação completa de conformidade regulatória e autorização para fornecimento e comercialização.

A contratação deve focar nos seguintes requisitos essenciais: a qualidade e a eficácia dos medicamentos e materiais, a capacidade logística do fornecedor para atender prazos rigorosos, a observância às normas de saúde pública e sustentabilidade, e a conformidade com as legislações pertinentes. Evitar requisitos supérfluos assegura um processo competitivo justo e eficaz, permitindo que a seleção do fornecedor apresente a solução mais vantajosa para o interesse público.

4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado para a aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos destinados às demandas por decisões judiciais junto à Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE envolveu a análise das principais soluções de contratação disponíveis no mercado. Foram considerados os seguintes métodos:

- Contratação direta com o fornecedor: Consiste em acordos diretos com

fabricantes ou distribuidores autorizados, garantindo menor tempo de aquisição e atendimento direto às especificações técnicas necessárias.

- Contratação através de terceirização: Empregar uma empresa terceirizada para gerir a logística e fornecimento dos insumos necessários, o que pode garantir economia de escala e gestão eficiente dos recursos.
- Formas alternativas de contratação: Incluem parcerias público-privadas ou acordos intermunicipais para compartilhar recursos e custos, especialmente em cenários de demanda flutuante ou suprimentos de difícil aquisição.

Após análise, verificou-se que a **contratação por meio de pregão eletrônico** é a abordagem mais favorável. Essa modalidade permite ampliar a competição entre fornecedores, possibilita maior transparência e economia nos custos, além de oferecer agilidade e eficiência no processo de aquisição necessário para o atendimento das demandas específicas levantadas por decisões judiciais.

5. Descrição da solução como um todo

A presente seção visa descrever de forma abrangente a solução proposta para a aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, destinada a atender as demandas determinadas por decisões judiciais junto à Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE.

Com base na análise do mercado e na avaliação técnica realizada, a solução proposta envolve a aquisição direta dos itens mencionados, observando os princípios da economicidade, eficiência e eficácia conforme delineado pela Lei nº 14.133/2021.

A seleção dos itens e fornecedores será conduzida por meio de Pregão Eletrônico, garantido assim um processo transparente e competitivo, alinhado com os princípios da administração pública dispostos na lei.

A justificativa para a escolha dessa solução baseia-se na necessidade urgente de atender decisões judiciais, garantindo fornecimento contínuo e ininterrupto dos itens essenciais à saúde da população local. Além disso, ao optar por aquisições diretas, evita-se a fragmentação do processo, assegurando melhor poder de negociação e preços mais competitivos.

A seleção criteriosa dos fornecedores e a definição das especificações técnicas dos produtos seguirão parâmetros de qualidade e de atendimento às normas regulamentares vigentes para garantir que os itens adquiridos atendam às necessidades específicas e às exigências legais, proporcionando à população produtos de qualidade e seguros, conforme exigido pela legislação de licitações e contratos administrativos.

Em termos de manutenção e assistência técnica, os fornecedores deverão assegurar garantia e suporte técnico para todos os produtos adquiridos, conforme as condições estabelecidas no edital de licitação. Essa abordagem assegura a continuidade e qualidade dos serviços prestados à comunidade, otimizando o uso dos recursos públicos.

Dessa forma, a presente solução se reafirma como a melhor opção disponível no mercado, considerando a urgência e a natureza das demandas judiciais, bem como os

objetivos de economicidade e otimização de recursos preconizados pela Lei nº 14.133/2021.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	54,000	Frasco
Especificação: Levetiracetam 100mg/ml 150ml			
2	Fórmula Fortini 400g	504,000	Lata
Especificação: Fórmula Fortini 400g			
3	Fórmula Pediasure 400G	504,000	Lata
Especificação: Fórmula Pediasure 400G			
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2.000,000	Frasco
Especificação: Frasco para alimentação enteral 300ML			
5	Equipo para alimentação enteral	2.000,000	Unidade
Especificação: Equipo para alimentação enteral			
6	Duloxetina 60 mg	720,000	Comprimido
Especificação: Duloxetina 60 mg			
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	250,000	Pacote
Especificação: Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16			
8	Óleo de Girassol 200ml	20,000	Frasco
Especificação: Óleo de Girassol 200ml			
9	Sonda uretral nº12	2.800,000	Unidade
Especificação: Sonda uretral nº12			
10	Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas	117,000	Pacote
Especificação: Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas			
11	Bolsa coletora de urina 2000 ml	96,000	Unidade
Especificação: Bolsa coletora de urina 2000 ml			
12	Uripem sem extensor	480,000	Unidade
Especificação: Uripem sem extensor			
13	Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8	144,000	Pacote
Especificação: Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8			
14	Óleo Mineral 200ml	36,000	Unidade
Especificação: Óleo Mineral 200ml			
15	Aristab suspensão 1mg/ml	96,000	Frasco
Especificação: Aristab suspensão 1mg/ml			
16	Clobazam 10mg	1.080,000	Comprimido
Especificação: Clobazam 10mg			
17	Alopurinol 100mg	720,000	Comprimido
Especificação: Alopurinol 100mg			



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
18	Pantoprazol 40 mg	720,000	Comprimido
Especificação: Pantoprazol 40 mg			
19	Sustrate 10mg	1.620,000	Comprimido
Especificação: Sustrate 10mg			
20	Sinvastatina 40mg	720,000	Comprimido
Especificação: Sinvastatina 40mg			
21	Metoprolol 50mg	720,000	Comprimido
Especificação: Metoprolol 50mg			
22	Diamicron 30mg	24,000	Comprimido
Especificação: Diamicron 30mg, c/30 comprimidos			
23	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	54,000	Caixa
Especificação: Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos			
24	Sonda para gastostromia nº 14	72,000	Unidade
Especificação: Sonda para gastostromia nº 14			
25	Seringa 20ml s/ agulha	2.000,000	Unidade
Especificação: Seringa 20ml s/ agulha			
26	Seringa 60 ml s/ agulha	2.000,000	Unidade
Especificação: Seringa 60 ml s/ agulha			
27	Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	100,000	Caixa
Especificação: Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100			
28	Soro fisiológico 100ml	72,000	Unidade
Especificação: Soro fisiológico 100ml			
29	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	13,000	Caixa
Especificação: Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos			
30	Álcool Etilico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	24,000	Frasco
Especificação: Álcool Etilico Hidratado 70% Líquido 1 Litro			
31	Desonida 0,5%;	24,000	Unidade
Especificação: Desonida 0,5%;			
32	Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24,000	Unidade
Especificação: Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g			
33	Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml	24,000	Unidade
Especificação: Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml			
34	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24,000	Unidade
Especificação: Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml			
35	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	72,000	Caixa
Especificação: Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos			
36	Celecoxibe 200 mg	720,000	Comprimido
Especificação: Celecoxibe 200 mg			
37	Frasco ampola de Eylia Aflibercepte 40 mg/ml	24,000	Frasco



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
Especificação: Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml			
38	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	64,000	Caixa
Especificação: Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades			
39	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	32,000	Caixa
Especificação: Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades			
40	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	32,000	Caixa
Especificação: Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID			
41	Insulinas análogas de ação rápida (aspart)	108,000	Frasco
Especificação: Insulinas análogas de ação rápida (aspart)			
42	Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)	108,000	Frasco
Especificação: Insulinas análogas de ação longa duração (degludeca)			
43	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	24,000	Unidade
Especificação: Insulina fiasp- 2 penfil (refil)			
44	Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades	24,000	Caixa
Especificação: Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades			
45	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	100,000	Unidade
Especificação: Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot			
46	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	15,000	Caixa
Especificação: Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas			
47	Pancreatina 25.000.000ui	144,000	Caixa
Especificação: Pancreatina 25.000.000ui			
48	Fraldas pediátricas, tamanho XXG	300,000	Pacote
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho XXG, pacote com 20 unidades			
49	Fraldas pediátricas, tamanho G	150,000	Pacote
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho G, pacote com 20 unidades			
50	Fraldas pediátricas, tamanho M	150,000	Pacote
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho M, pacote com 20 unidades			
51	Fraldas pediátricas, tamanho P	150,000	Pacote
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho P, pacote com 20 unidades			
52	Aptamil Fórmula Infantil 800G	96,000	Lata
Especificação: Aptamil Fórmula Infantil 800G			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Levetiracetam 100mg/ml 150ml	54,000	Frasco	120,99	6.533,46
Especificação: Levetiracetam 100mg/ml 150ml					
2	Fórmula Fortini 400g	504,000	Lata	75,94	38.273,76
Especificação: Fórmula Fortini 400g					
3	Fórmula Pediasure 400G	504,000	Lata	61,97	31.232,88

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: Fórmula Pediasure 400G					
4	Frasco para alimentação enteral 300ML	2.000,000	Frasco	2,00	4.000,00
Especificação: Frasco para alimentação enteral 300ML					
5	Equipo para alimentação enteral	2.000,000	Unidade	2,46	4.920,00
Especificação: Equipo para alimentação enteral					
6	Duloxetina 60 mg	720,000	Comprimido	5,34	3.844,80
Especificação: Duloxetina 60 mg					
7	Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16	250,000	Pacote	46,97	11.742,50
Especificação: Fraldas sensaty P/M, pacotes c/16					
8	Óleo de Girassol 200ml	20,000	Frasco	24,10	482,00
Especificação: Óleo de Girassol 200ml					
9	Sonda uretral nº12	2.800,000	Unidade	3,61	10.108,00
Especificação: Sonda uretral nº12					
10	Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas	117,000	Pacote	55,36	6.477,12
Especificação: Fraldas descartáveis infantil XXG mammy pokko, Pacotes com 24 Fraldas					
11	Bolsa coletora de urina 2000 ml	96,000	Unidade	6,22	597,12
Especificação: Bolsa coletora de urina 2000 ml					
12	Uripem sem extensor	480,000	Unidade	3,36	1.612,80
Especificação: Uripem sem extensor					
13	Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8	144,000	Pacote	25,99	3.742,56
Especificação: Fraldas descartáveis geriátricas tamanho G , Pacote C/8					
14	Óleo Mineral 200ml	36,000	Unidade	26,43	951,48
Especificação: Óleo Mineral 200ml					
15	Aristab suspensão 1mg/ml	96,000	Frasco	183,15	17.582,40
Especificação: Aristab suspensão 1mg/ml					
16	Clobazam 10mg	1.080,000	Comprimido	1,59	1.717,20
Especificação: Clobazam 10mg					
17	Alopurinol 100mg	720,000	Comprimido	0,26	187,20
Especificação: Alopurinol 100mg					
18	Pantoprazol 40 mg	720,000	Comprimido	0,31	223,20
Especificação: Pantoprazol 40 mg					
19	Sustrate 10mg	1.620,000	Comprimido	0,81	1.312,20
Especificação: Sustrate 10mg					
20	Sinvastatina 40mg	720,000	Comprimido	0,37	266,40
Especificação: Sinvastatina 40mg					
21	Metoprolol 50mg	720,000	Comprimido	1,74	1.252,80
Especificação: Metoprolol 50mg					
22	Diamicon 30mg	24,000	Comprimido	86,84	2.084,16

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: Diamicon 30mg, c/30 comprimidos					
23	Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos	54,000	Caixa	90,24	4.872,96
Especificação: Vastarel 35mg, Caixa C/30 Comprimidos					
24	Sonda para gastostromia nº 14	72,000	Unidade	274,13	19.737,36
Especificação: Sonda para gastostromia nº 14					
25	Seringa 20ml s/ agulha	2.000,000	Unidade	0,82	1.640,00
Especificação: Seringa 20ml s/ agulha					
26	Seringa 60 ml s/ agulha	2.000,000	Unidade	2,53	5.060,00
Especificação: Seringa 60 ml s/ agulha					
27	Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100	100,000	Caixa	31,59	3.159,00
Especificação: Luvas descartáveis em látex, tam. M, c/ 100					
28	Soro fisiológico 100ml	72,000	Unidade	7,23	520,56
Especificação: Soro fisiológico 100ml					
29	Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos	13,000	Caixa	198,08	2.575,04
Especificação: Procoralan 7,5mg - Caixa com 56 Comprimidos					
30	Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro	24,000	Frasco	23,16	555,84
Especificação: Álcool Etílico Hidratado 70% Líquido 1 Litro					
31	Desonida 0,5%;	24,000	Unidade	12,14	291,36
Especificação: Desonida 0,5%;					
32	Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g	24,000	Unidade	26,50	636,00
Especificação: Creme Hidratante de Ureia 10%, embalagem de 60g					
33	Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml	24,000	Unidade	30,55	733,20
Especificação: Neutrogena creme hidratante, embalagem de 200ml					
34	Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml	24,000	Unidade	115,64	2.775,36
Especificação: Doctar plus shampoo, embalagem de 240ml					
35	Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos	72,000	Caixa	99,70	7.178,40
Especificação: Troll par 37,5 mg + 325 mg (cloridrato de tramadol 37,5 mg+ paracetamol 325 mg). Embalagem c;20 comprimidos					
36	Celecoxibe 200 mg	720,000	Comprimido	1,53	1.101,60
Especificação: Celecoxibe 200 mg					
37	Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml	24,000	Frasco	4.904,79	117.714,96
Especificação: Frasco ampola de Eyllia Aflibercepte 40 mg/ml					
38	Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades	64,000	Caixa	65,60	4.198,40



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
Especificação: Fitas Reagentes para Glicemia – Embalagem com 50 Unidades					
39	Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades	32,000	Caixa	15,76	504,32
Especificação: Lancetas para glicemia– Embalagem com 100 Unidades					
40	Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID	32,000	Caixa	38,97	1.247,04
Especificação: Agulhas para caneta de insulina, C/100 UNID					
41	Insulinas analogas de ação rápida (aspart)	108,000	Frasco	67,95	7.338,60
Especificação: Insulinas analogas de ação rápida (aspart)					
42	Insulinas analogas de ação longa duração (degludeca)	108,000	Frasco	199,64	21.561,12
Especificação: Insulinas analogas de ação longa duração (degludeca)					
43	Insulina fiasp- 2 penfil (refil)	24,000	Unidade	64,40	1.545,60
Especificação: Insulina fiasp- 2 penfil (refil)					
44	Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades	24,000	Caixa	670,98	16.103,52
Especificação: Dispositivo Medtronic i-Port, 6 mm, caixa com 10 unidades					
45	Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot	100,000	Unidade	349,97	34.997,00
Especificação: Freestyle libre 2 plus sistema flash da Abbot					
46	Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas	15,000	Caixa	37,98	569,70
Especificação: Agulhas Novo Finne 4mm- 100 Agulhas					
47	Pancreatina 25.000.000ui	144,000	Caixa	183,10	26.366,40
Especificação: Pancreatina 25.000.000ui					
48	Fraldas pediátricas, tamanho XXG	300,000	Pacote	32,58	9.774,00
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho XXG, pacote com 20 unidades					
49	Fraldas pediátricas, tamanho G	150,000	Pacote	27,64	4.146,00
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho G, pacote com 20 unidades					
50	Fraldas pediátricas, tamanho M	150,000	Pacote	33,74	5.061,00
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho M, pacote com 20 unidades					
51	Fraldas pediátricas, tamanho P	150,000	Pacote	23,14	3.471,00
Especificação: Fraldas pediátricas, tamanho P, pacote com 20 unidades					
52	Aptamil Fórmula Infantil 800G	96,000	Lata	85,84	8.240,64
Especificação: Aptamil Fórmula Infantil 800G					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 462.820,02 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e dois centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A decisão pelo parcelamento no processo administrativo número 01220001/25/FMS

para a aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos junto à Secretaria de Saúde de Varjota/CE foi amplamente analisada conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021. As justificativas para o parcelamento são expostas a seguir:

- **Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** O objeto da licitação foi avaliado quanto à sua divisibilidade, constatando-se que é tecnicamente possível dividir sem comprometer a funcionalidade ou os resultados esperados. Os itens licitados são diversos em natureza e podem ser separados por categorias de produtos.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A análise demonstrou que a divisão do objeto em lotes não compromete a qualidade nem a eficácia dos resultados. A estratégia de parcelamento permitirá a manutenção dos serviços essenciais pela Secretaria de Saúde com efetiva distribuição dos itens.
- **Economia de Escala:** O parcelamento foi planejado de forma a otimizar as aquisições, garantindo que não haja perda significativa de economia de escala. Foram realizados estudos detalhados que mostraram que o benefício do aumento da competitividade supera quaisquer potenciais aumentos nos custos unitários.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** O parcelamento é favorável para aumentar a competitividade no certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, incluindo empresas de menor porte, o que é alinhado às práticas de mercado para esse tipo de aquisição.
- **Análise do Mercado:** As práticas de mercado indicam que a divisão em lotes para itens médicos e correlatos é uma prática comum e vantajosa, assegurando tanto a continuidade de fornecimento quanto a flexibilidade para contratação de fornecedores especializados em cada categoria.
- **Consideração de Lotes:** Para permitir a participação de fornecedores que, por capacidade, não podem atender à totalidade das demandas, o parcelamento foi realizado por lotes compatíveis com a capacidade industrial do setor, sem prejuízos à cobertura e atendimento das necessidades da saúde pública municipal.
- **Documentação e Transparência:** Todos os passos do processo decisório estão documentados de forma a garantir a transparência e conformidade com a legislação vigente, possibilitando que a análise e fiscalização posteriores sejam realizadas de maneira objetiva.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Varjota, conforme descrito no respectivo plano do exercício financeiro vigente. Este alinhamento garante que as aquisições de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos foram planejadas de acordo com as prioridades e necessidades previamente identificadas e aprovadas pela Secretaria de Saúde. A ação busca atender, da melhor forma, a execução e gestão eficiente dos recursos públicos

destinados às demandas determinadas por decisões judiciais, refletindo o compromisso da Administração com a saúde pública e com o atendimento eficaz das necessidades da sociedade de Varjota-CE.

10. Resultados pretendidos

O resultado pretendido com a presente contratação é garantir a continuidade e eficiência no atendimento às demandas de saúde do Município de Varjota-CE, em especial aquelas decorrentes de decisões judiciais, através da aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos. Os objetivos específicos incluem:

- Assegurar o abastecimento contínuo e adequado de insumos e materiais necessários à prestação dos serviços de saúde.
- Garantir a economicidade e eficiência na utilização dos recursos públicos, através da aquisição de produtos com a melhor relação custo-benefício.
- Contribuir para o cumprimento das ordens judiciais, evitando penalizações administrativas ao município.
- Promover o pleno funcionamento das unidades de saúde, melhorando a qualidade do atendimento à população.

11. Providências a serem adotadas

- Encaminhamento do Estudo Técnico Preliminar para análise e aprovação pelas unidades responsáveis pela gestão e logística de suprimentos da Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE.
- Elaboração do edital conforme o modelo padrão, garantindo a inclusão de todas as especificações técnicas e condições de fornecimento dos medicamentos e materiais médico-hospitalares.
- Consultar o setor jurídico da Prefeitura Municipal de Varjota para revisão legal e aprovação do processo licitatório, assegurando conformidade com a Lei 14.133/2021.
- Conduzir pesquisas de mercado adicionais, se necessário, para atualizar estimativas de valor e verificar disponibilidade e preços dos itens listados no ETP.
- Execução das etapas do processo licitatório, incluindo datas de divulgação do edital, fase de disputa, adjudicação e assinatura do contrato.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

No presente processo administrativo para aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos destinados ao atendimento de demandas determinadas por decisões judiciais junto à Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, optou-se pela não adoção do sistema

de registro de preços, com base nas seguintes justificativas:

- **Demanda Específica:** As aquisições visam atender a demandas determinadas por decisões judiciais, o que implica uma necessidade específica e imediata para o cumprimento legal, não caracterizando uma continuidade ou previsibilidade que justifique um registro de preços.
- **Ausência de Repetitividade:** A natureza do objeto da contratação não indica uma necessidade contínua ou frequente que demande a contratação repetida dos itens ao longo do tempo, fator essencial exigido pela Lei 14.133 para a adoção do sistema de registro de preços.
- **Urgência no Atendimento:** A necessidade de atendimento imediato das decisões judiciais impõe que o procedimento de contratação seja o mais ágil e direto possível, o que pode ser prejudicado por flexibilizações necessárias em um registro de preços.
- **Adequação ao Planejamento Estratégico:** A não adoção do registro de preços está alinhada com o planejamento estratégico do município, evitando a alocação de recursos desnecessários em situações onde a execução deve ser pontual e definida por ações judiciais.

Assim, com base no exposto e nos dispositivos da Lei 14.133, conclui-se que a não implementação do sistema de registro de preços para este processo específico é justificada, proporcionando maior eficácia na gestão e execução contratual.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Nos termos do Art. 15 da Lei 14.133/2021, que regula a possibilidade de participação de empresas em consórcio em processos licitatórios, é necessário justificar o posicionamento contrário à participação de empresas na forma de consórcio nesta contratação específica. A restrição à participação de consórcios pode ser fundamentada pelas seguintes razões:

- **Economia de Escala:** A contratação de itens como medicamentos e materiais médico-hospitalares é geralmente caracterizada por um volume significativo de compras. Isso tende a favorecer acordos com fornecedores individuais que oferecem preços mais competitivos devido a economias de escala.
- **Segurança de Fornecimento:** Em contratações que visam atender demandas determinadas por decisões judiciais, a agilidade e a certeza na entrega são imperativas. A contratação de fornecedores únicos pode minimizar riscos relacionados à divisão de responsabilidades em um consórcio.
- **Complexidade Administrativa:** A gestão administrativa de contratos com consórcios pode ser mais complexa devido à necessidade de lidar com várias partes distintas. Em comparação, contratos diretos simplificam o processo de gestão e a responsabilização por potenciais falhas.
- **Risco Operacional:** Consórcios podem representar um risco adicional em termos de coordenação estratégica e execução do fornecimento, especialmente em situações em que a entrega e as operações contínuas são críticas, como em contextos de saúde.

Assim, propõe-se a aplicação da vedação à participação de consórcios no presente processo licitatório, garantindo-se, dessa forma, a otimização dos métodos de

contratação e o atingimento dos objetivos fundamentais do processo licitatório conforme estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, é imprescindível considerar os impactos ambientais durante o planejamento de contratações públicas, especialmente na aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares e correlatos. Este Estudo Técnico Preliminar identifica os seguintes possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras:

- **Descarte de Resíduos:** O uso de medicamentos e materiais médico-hospitalares gera resíduos que, se não descartados corretamente, podem contaminar o solo, a água e o ar.
 - **Medidas Mitigadoras:** Implementação de um sistema de coleta e descarte adequado de resíduos, alinhado às normas ambientais e de saúde pública. Realização de treinamentos frequentes para profissionais de saúde quanto ao manejo correto desses resíduos.
- **Consumo de Energia e Recursos:** A produção e distribuição dos materiais podem demandar elevado consumo de energia e recursos naturais.
 - **Medidas Mitigadoras:** Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis e utilizem fontes de energia renováveis. Incentivo ao uso de materiais recicláveis e biodegradáveis sempre que possível.

Estas medidas são fundamentais para cumprir os princípios da Lei nº 14.133/2021, que preza pelo desenvolvimento nacional sustentável, conforme delineado no Art. 5º desta Lei.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após a análise detalhada dos elementos que compõem este Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos itens previstos, quais sejam, medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, atende às necessidades emergentes da Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, fundamentadas por decisões judiciais. A viabilidade da contratação é respaldada pelos princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021, especialmente aqueles referentes à eficiência, economicidade, e interesse público, conforme detalhamento abaixo:

- **Atendimento a demandas judiciais:** A aquisição visa cumprir as exigências de decisões judiciais específicas, assegurando o direito à saúde da população atendida.
- **Alinhamento com o interesse público:** A contratação está em conformidade com o planejamento estratégico da saúde pública municipal, garantindo o acesso contínuo e ininterrupto aos materiais essenciais e medicamentos para a população.
- **Razoabilidade econômica e técnica:** A pesquisa de mercado demonstra que os

valores estimados estão dentro dos parâmetros praticados no setor, atendendo ao que preconiza o Art. 23 da Lei, no que tange à compatibilidade dos preços com os de mercado.

- Viabilização logística e técnica: As especificações técnicas dos produtos e a logística de aquisição e armazenamento foram elaboradas de forma a otimizar o uso dos recursos materiais e humanos disponíveis, garantindo a qualidade e segurança necessárias aos produtos contratados.

Face ao exposto, recomenda-se a continuidade do processo administrativo para a realização da contratação dos bens e itens listados, garantindo o cumprimento das finalidades públicas estabelecidas e promovendo o uso eficiente e racional dos recursos públicos.

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003.25-PE-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01220001/25/FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE FAZEM
ENTRE SI A SECRETARIA DE SAÚDE E A EMPRESA
(NOME DO CONTRATADO)

A SECRETARIA DE SAÚDE, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a), Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 01220001/25/FMS e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 003.25-PE-FMS, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é: Aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares diversos, fórmulas, fraldas, insumos e materiais correlatos, destinados a atender as demandas determinadas por decisões judiciais, junto a Secretaria de Saúde do Município de Varjota-CE, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

XXXXXXXXXXXXXXXX

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

b) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXX (por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31 de janeiro de 2025.

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Secretaria de Saúde para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.2. Concluída a instrução do requerimento, a contar da data do protocolo, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e

9.1.6.6. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.1.15. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às cláusulas de sustentabilidade contidas no Termo de Referência.

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação eletrônica ou execução do contrato;
- f) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas de "b", "c" e "d" do subitem acima deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens "e" a "h", bem como nos

demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§ 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

11.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.4.1.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§ 9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação 0701.10.122.0008.2.030 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Saúde, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903202 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita;

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial da Secretaria de Saúde na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do § 3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É eleito o Foro de Varjota para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Varjota/CE, XX (dia) de XXX (mês) de 20XX (ano).

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____